

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

Hiago TRINDADE

hiagolira@hotmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Brasil

Gabriela Nogueira EDUARDO

gabrielanogueira02@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Brasil

RESUMO

O objetivo deste texto é problematizar, criticamente, mediante revisão de literatura, as determinações que marcam a produção de conhecimento na sociedade contemporânea, abrindo vias para pensar, nesse contexto, o papel dos intelectuais orgânicos vinculados às classes fundamentais bem como a relação entre pesquisa e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de conhecimento. Marxismo. Transformação Social.

SUMMARY

The purpose of this text is to problematize, critically, through a literature review, the determinations that mark the production of knowledge in contemporary society, opening up ways to think, in this context, the role of organic intellectuals linked to the fundamental classes as well as the relation between research and Social transformation.

KEY WORDS: Knowledge production. Marxism. Social transformation.

Introdução

Vivenciamos uma batalha de ideias no âmbito da produção de conhecimento. Existe uma considerável variedade de perspectivas que disputam essa batalha. Sem querer reduzi-las, pensamos ser possível afirmar que elas podem se expressar de dois modos. De um lado, temos as que fazem uma crítica à sociedade capitalista. De outro lado, temos as ideias defendem e corroboram para legitimar a ordem capitalista. Dito de outro modo: para alguns campos do conhecimento, a apropriação das determinações que dinamizam a realidade deve ser tomada como veio condutor para operar transformações na sociedade, enquanto para outros, o saber deve servir para acomodar a realidade do modo como ela se encontra.

Partimos dessa realidade que nos instiga como pesquisadores a discutir no presente artigo como se relacionam a produção de conhecimento e a transformação social em tempos da crise do capital. Partimos da premissa que afirma não neutralidade na produção de conhecimento, assim os pesquisadores podem se posicionar a favor dos interesses da burguesia ou da classe trabalhadora. Afinal, o pensamento é reflexão da realidade concreta e nela vivemos em um embate entre essas duas classes sociais fundamentais, dinamizadas em suas frações.

As principais ideias contidas neste ensaio foram motivadas quando ministramos uma conferência destinada a estudantes universitários na Universidade Potiguar (UnP) em Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. A partir disso, elaboramos um texto mais consistente e fundamentado para uma discussão mais ampla que ora trazemos a público.

Quando realizamos uma pesquisa é necessário reconhecer a importância do sentimento que nos leva a pesquisar, a inquietação, a paixão pela investigação e pelo que ela nos possibilita. Ora, para operar transformações na realidade, em sua profundidade, identificando suas contradições, suas determinações e as mediações que estabelece é preciso, antes de tudo, conhecê-la. O conhecimento, por sua vez, é possibilitado pelo esforço teórico-metodológico que debruçamos para desvelar a realidade.

Mas, estudar e pesquisar, tendo como fio de condutor de nossas análises uma

visão crítica da realidade (aquela que vai a raiz dos problemas) não é uma tarefa fácil. Por isso mesmo, enquanto pesquisadores, precisamos nos apaixonar, encantar por aquilo que nos propomos a investigar, pois, o exercício da pesquisa – ainda que, nos tempos atuais, venha sendo dificultado pelas diversas questões a perpassarem a construção do conhecimento nesta sociabilidade, também tem seus ritmos e compassos determinados por diversas questões subjetivas e objetivas, questões essas que se referem a aspectos para além de prazos e demais exigências institucionais.

2 – O marxismo como ponto de partida: Alguns pressupostos analíticos

Como mencionamos, não acreditamos na neutralidade político-ideológica na produção do conhecimento. Portanto, cabe-nos, desde já, esclarecer nosso posicionamento nessa seara: estamos vinculados à perspectiva marxista, por entender a importância de suas formulações no entendimento, análise e intervenção na realidade.

O termo marxismo surgiu entre um debate durante a Primeira Internacional, quando os partidários de Bakunin criticaram os contrários ao anarquismo chamando-os de marxistas. Apesar dos desagrados que a nomenclatura gerava ao próprio Marx, eles nem sonhavam que anos mais tarde essa terminologia se transformaria em uma corrente tão repercutida internacionalmente.

Tal nomenclatura designa, assim, o conjunto de ideias advindas de Karl Marx e Friedrich Engels, que passam a ser incorporadas, sob múltiplas formas e prismas, por uma expressiva quantidade de sujeitos que a reivindicavam em suas análises da realidade e, também, em suas intervenções de cunho político.

Durante a Revolução socialista na Rússia com a ascensão de Stalin e do modelo de regime que foi imposto a todos os países que se filiaram a onda “socialista” que ocorria no mundo surgiu o chamado marxismo-leninismo. Esse termo se refere a um modo peculiar de apropriação e incorporação da fundamentação teórico-metodológica legada de Marx, Engels e Lênin, construções que, apesar de serem heterogêneas, foram padronizadas e homogeneizadas para servirem a um regime que se reivindicava e

propunha a revolução “socialista”, mesmo em um contexto no qual as condições objetivas existentes não apresentavam as bases necessárias para esta investida.

Ao mesmo instante em que surgiu o marxismo-leninismo despontou uma discussão crítica acerca da dialética hegeliana. Os críticos do marxismo-leninismo se aproximaram da dialética hegeliana e criaram o que ficou conhecido como marxismo ocidental. Participaram desse movimento Korsch, Gramsci e Lukács. As influências dessa corrente tornou conhecida a teoria marxiana na Escola de Frankfurt. Em um sentido diverso, despontou Louis Althusser que criou um método estrutural que ficou conhecido como marxismo estruturalista.

Após o fim do “socialismo real” se travou um investida contra o marxismo. O mesmo foi acusado de “ser uma teoria holística, especulativa e reducionista, incapacitada para entender a modernidade e o surgimento de novos atores sociais; enfim, um subproduto do evolucionismo determinista (darwinista ou hegeliano).” (TEIXEIRA, 2009, p. 189). Fica evidente, assim, os lados do campo de batalha: o marxismo que defende os interesses da classe trabalhadora e os autores pós-modernos que querem enterrar o marxismo a qualquer custo e empurrar à classe trabalhadora uma interpretação da realidade fragmentada.

As críticas sobre o evolucionismo determinista, por exemplo, acusam Marx de defender que uma dinâmica qualquer, seja ela no aspecto econômico, social ou político conduziria a humanidade ao socialismo. Muitos autores, tais como Mészáros (1993), Netto (2004) e Wood (2006) já discutiram o equívoco dessa crítica, pois sabemos que Marx não colocou como fim inevitável o socialismo, muito embora não tenha negado em interesse em que a classe trabalhadora se organizasse com vistas a atender esta finalidade.

Além disso, Marx foi acusado de ser um filólogo reducionista que na análise da sociedade colocou o fator econômico como determinante de todos os outros fatores: sociais, culturais e políticos. Engels, em 1890, alerta sobre essa crítica infundada defendendo que “a produção e reprodução da vida real apenas em última instância determinavam a histórica” (NETTO, 2011, p. 14)

A monocausalidade que é considerar apenas um fator como determinante na análise da realidade é uma acusação que desvirtua, totalmente, do que Marx defende que

é a perspectiva da totalidade. “É a perspectiva da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa.” (LUKÁCS (1974) *apud* NETTO, 2011, p.14).

Podemos ver que a filosofia da decadência transforma-se, cada vez mais, em algo tendencioso a justificação da realidade, para que torne possível a exploração do trabalho.

A sociabilidade capitalista é marcada pela alienação, pelo fetichismo, pela divisão social do trabalho e por uma série de outros aspectos que confluem para inibir ou, quando não, dificultar a formulação de análises circunscritas numa perspectiva crítica e de totalidade. Assim, o sistema procura tomar conta de todas as nossas ações em sociedade, muito embora isso não negue as possibilidades históricas de desviarmos dessas tendências, como vêm fazendo uma parcela de sujeitos insatisfeitos com os fundamentos teóricos e ideológicos que dão sustentação ao sistema.

A partir da destruição da razão os sujeitos passam a recusar “subjéctiva e abstrata de uma positividade igualmente abstrata, a base filosófica para uma teoria da liberdade concebida como fuga ou evasão” (COUTINHO, 2010, p.50). Não é à toa, por exemplo, que Heidegger declara que o homem é apenas um ser para morte e Sartre com a ideia de que a vida é uma paixão inútil.

Tendo entendido a queda do paradigma da razão pela filosofia burguesa para legitimar seu projeto de dominação capitalista, precisamos atentar para o papel revolucionário em relação ao sistema feudal que esse sistema cumpriu e qual a principal contradição capitalista.

Quando criticamos o sistema capitalista em vários momentos perdemos de vista que o mesmo cumpriu um papel revolucionário na sociedade à medida que rompeu com as últimas amarras do sistema feudal e ofereceu condições materiais para o desenvolvimento de uma nova sociedade, com a possibilidade de satisfazer as necessidades e carências da humanidade.

Todavia, a lógica que conforma este modo de organização, consiste na apropriação privada dos frutos do trabalho realizado coletivamente. Assim, se com o desenvolvimento do capitalismo inaugura-se a possibilidade de atender as necessidades de todos, num mesmo instante e contraditoriamente, vigora, pelos moldes que o sistema se assenta, a impossibilidade de materializar relações na direção da emancipação humana.

Marx analisou o sistema capitalista e verificou que o seu desenvolvimento cria um grupo de indivíduos que ficam fora da produção mercantil, ela os chama de exército

industrial de reserva. Conforme Maranhão (2009) a população sobranete cumpre a função de deixar a disposição dos capitalistas sempre uma quantidade de trabalhadores. Além disso, essa população de certa maneira exerce pressão nas pessoas que estão trabalhando, para que não reivindique por melhorias salariais e se submeta às mais péssimas condições de trabalho e baixos salários com receio de perder o emprego. Nas palavras do autor a função da população sobranete está relacionada a:

- dinamizar o custo da rotação do capital deixando-a à disponibilidade dos diversos investimentos e créditos capitalistas uma quantidade sempre renovável da força de trabalho;
- barateiar o custo da força de trabalho;
- aumentar a produtividade e intensifica a exploração. (p.106)

Para a classe trabalhadora a formação de um exército industrial de reserva só traz perdas. Vale destacar: intensificação da exploração, baixos salários e retrocesso nas lutas da classe trabalhadora. Esse fato se inscreve na contradição fundamental do sistema capitalista, pois enquanto o trabalhador é explorado, trabalhando muito e ganhando pouco, o capitalista enriquece com o trabalho deste último, o que lhe permite níveis de desenvolvimento tecnológico que demandem cada vez menos trabalho vivo. Isso não exclui as formas de exploração de mais-valia absoluta, mas fortalece a dominação do capital sobre o trabalho, intensificando, portanto, a contradição capital-trabalho.

E essa realidade dominação-exploração e de intensas desigualdades precisa ser ocultada, pelos detentores dos meios de produção, sob pena de que o sistema não consiga mais reproduzir-se. Escamotear a realidade, ocultando-se as contradições que lhes dão sustentação é tarefa primordial para os defensores do capitalismo. Mas, o contrário também é verdadeiro...

3 –Pesquisa, marxismo e transformação social: disputas e potencialidades

Em se tratando especificamente da universidade, questionamos: como estamos conseguindo interferir com nossos estudos e pesquisas na realidade concreta? Como é possível fazer isso? Aqui, cabe desde já fazer uma ressalva importante: muitas vezes, achamos que o nosso projeto de intervenção (Estágio) ou que os resultados alcançados com o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por si só modificarão a realidade. Claro que, do ponto de vista imediato, nossos trabalhos podem – não de modo

mecanicista e individual – atender a questões que também são pontuais e, diga-se de passagem, nem por isso menos importantes. Afinal, na garantia das condições necessárias para que os homens vivam e façam história, esses elementos, que se inscrevem naquilo que Marx denominou “emancipação política” são essenciais.

Nesse sentido, antes de prosseguir, recorreremos à formulação de José Paulo Netto (2012), para fazer a distinção entre o que se configura mudança social e aquilo que se constitui transformação social. Para ele, a utilização da palavra transformação ocorre de modo equivocado, posto não estar, no mais das vezes, marcada pelas mudanças substantivas que a expressão traduz. Em suas palavras, as transformações sociais:

[...] implicam alterações substantivas no estatuto da propriedade dos meios de produção fundamentais, na organização classista do poder político e no padrão de interação das classes sociais (com todas as implicações na vida cotidiana dos homens). [...] Nessa ótica, são mais que mudanças sociais, são mais que processos de modernização social – é a sinalização de um movimento no sentido da supressão dos fundamentos da ordem burguesa, no sentido da *transição socialista* (grifos originais). Numa palavra: transformação social é o equivalente da carga semântica que saturou o termo revolução (NETTO, 2012, p. 29).

Esta citação é interessante posto nos possibilitar reflexões importantes. Nesse momento, queremos chamar atenção para perceber que estas transformações se inscrevem no contexto de (re)criação das condições objetivas para levar a cabo a revolução, cujas expressões se encontram na arena da luta de classes, no campo da política. A política, por sua vez, se alimenta da teoria que temos a nossa disposição. Diante disso, podemos perceber que a produção de conhecimento exerce um papel importante, mas que, ao mesmo tempo, tomada isoladamente, não consegue provocar as alterações de maior porte vislumbras...

Mas, não se pode perder de vista, como já alertavam o Marx e o Engels do Manifesto Comunista, que a supressão do modo de produção capitalista é tarefa do proletariado e não é a toa que terminam seu texto clamando: “Proletários de todo o mundo, uni-vos”.

Nesse sentido, do ponto de vista de uma transformação social ampla, temos que ter em mente que a teoria crítica nos oferece as pistas de pôr onde trilhar. Mas, são os homens e mulheres que, por serem construtores da história, podem usar esta teoria em prol das rupturas mais profundas que queremos: a transformação da sociedade, ou melhor, a emersão de uma sociabilidade humanamente emancipada.

Dito isto, cumpre destacar o sentido e o papel que cumprem os intelectuais, na acepção gramsciana do termo. Não nos enganemos: vivemos numa batalha de ideias e, nesse sentido, os pensadores se fazem presentes nos dois polos do embate. De um lado, estão os intelectuais que constroem explicações para nos fazer acreditar na inevitabilidade do modo de produção capitalista. Eles defendem essa hegemonia com unhas e dentes! Há um exemplo ilustrativo sobre isso: trata-se de Hayek e Friedman. Foram deles as ideias que serviram de base para Reagan, nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, implantarem as chamadas medidas neoliberais, cujos efeitos já são conhecidos de todos e perduram, relutam e agravam todos os dias as condições de vida da imensa maioria da população.

Na atualidade, são as formulações dos que estão pensando no interior do FMI, OMC e BM que ditam as regras do jogo! E é possível perceber o “sucesso” destes intelectuais quando conseguem fazer parecer a grande parcela da sociedade que tudo está bem, num verdadeiro mar de rosas, quando na verdade, ocorre o inverso. Sobre isso, David Harvey (2005) já nos esclarecia: no plano econômico, o neoliberalismo foi um fracasso. Os números e as retomadas esperadas não ocorreram como previram os intelectuais que relutaram em mostrar sua necessidade e viabilidade. Mas, no plano ideológico, o neoliberalismo, ou o que ele denomina de “neoliberalização”, obteve pleno êxito.

Mas, na outra ponta, existem aqueles que, ao contrário, buscam evidenciar as contradições e o caráter maléfico do modo de produção capitalista. Eles mostram ser preciso, então, caminhar no sentido de construção de um contra-hegemonia, o que passa por uma alteração não apenas da tomada do poder, mas, também, do modo como culturalmente e intelectualmente compreendemos esta sociedade. Nesse processo, é que o intelectual orgânico, vinculado aos interesses das classes trabalhadoras, contribui para criar alternativas para além do modelo posto. De acordo com Ivete Simonatto: “O intelectual não pode silenciar diante da lógica perversa, nem eximir-se de sentir e explicar ‘as paixões mais elementares do povo’, não sendo sua bagagem cultural razão para destacar-se do povo-nação” (SIMIONATTO, 2014, p. 12). Esse é o papel do intelectual orgânico: denunciar as mazelas, desnudar as injustiças, atizar as contradições que saltam aos nossos olhos nessa sociedade, ainda que tal investida não signifique, nunca, um ato confortável. Também temos diversos exemplos a citar, dentre eles, o de Gramsci!

A vida de Gramsci foi permeada por inúmeras dificuldades. Desde criança nutriu um desejo enorme para estudar. Mas, a condição desfavorável de sua família, na

Sardenha, fizera com que o então garoto abandonasse os estudos para trabalhar. A partir deste acontecimento o jovem foi construindo suas lutas junto ao povo, as camadas mais pobres, na tentativa de enfrentar os inúmeros problemas que assolavam a região, ao mesmo tempo em que também ia se construindo intelectual com o potencial e com o legado que nos deixou...

A experiência de Gramsci nos conselhos de fábrica fez com que ele atentasse para a necessidade do partido. Se engajou em um, tornou-se deputado e, nos áspersos tempos do fascismo de Mussolini, foi preso pelas críticas e oposições que tinha a este sistema. No cárcere, Gramsci não parou. Dedicou-se a escrever uma série de textos e a realizar estudos que, depois de algum tempo, vieram à tona e são conhecidos como “Cadernos do cárcere”. Assim, como ele, outros pensadores e defensores da tradição marxista aliaram suas produções teóricas a ações políticas: eram movidos, todos, pela práxis revolucionária!

Os exemplos históricos nos dão prova de quão complexo tem sido construir conhecimento crítico nesta sociabilidade. Especificamente nos dias hodiernos, estamos assolados por uma crise estrutural que põe em relevo uma gama de contradições inelimináveis enquanto perdurar o modo de produção capitalista. Na medida em que essas alterações se processam as investidas no campo da produção do conhecimento também ganham terreno, alastram-se, de que merece destaque as ofensivas de um campo, o pós-moderno. Esta perspectiva defende que as grandes explicações da realidade não fazem mais sentido no tempo presente, então, tudo é novo, tudo se transforma em micro, único. Certamente, deriva disso a constante recorrência a abordagem dos novos movimentos sociais, por exemplo.

Ora, os pós-modernos não acreditam na possibilidade de organização efetiva do proletariado. Eles defendem que a classe trabalhadora é atravessada por interesses individuais e mesquinhos o que, por conseguinte, inviabiliza e/ou reduz sua capacidade de organizar-se em torno de causas e demandas coletivas.

E, muito se tem falado na liquidez que, segundo os defensores desta perspectiva e mais notadamente Bauman, nos assola: a vida é líquida, o amor é líquido... há líquido por toda as partes! E é tanto líquido que receamos o fato de a terra virar uma atlanta, o reino perdido das águas – e mais, de morrermos afogados!

Nesse sentido, fazemos coro com o que expõe Mauro Iasi:

Podemos, neste momento da reflexão, afirmar que o marxismo ainda tem algo

a nos dizer, em primeiro lugar, porque os pós-modernos não têm. Têm muito medo, mas não sabem do que, ao mesmo tempo que não sabem bem para onde vão. Eles abdicaram de procurar uma compreensão para o mundo e, no lugar, nos oferecem um mundo sem compreensão e sentido. Ora, como dizia Weber (1957) com razão, num mundo sem sentido nossa única mediação é a magia. Os curandeiros pós-modernos não compreendem os problemas do mundo contemporâneo, não entendem suas determinações, não sabem para onde vamos, lhes resta, portanto, exorcizar maus espíritos com mantras, aprimorar a arte da dança ritual nos simpósios internacionais e apostar em alucinógenos que os remeta a uma hiper-realidade baudrillardiana. Notem que o conselho daqueles que nos indicam o caminho é: “nos sigam, não sabemos onde vamos”! (IASI, 2015, p. 338).

Essa corrente pós-moderna, quer decretar o fim da história e das ideias marxistas. Constantemente, determinadas pessoas têm procurado enterrar as ideias de Marx, como se elas não fizessem mais sentido para atual momento histórico. Nesses novos tempos, é perca de tempo falar nas ideias formuladas por Marx e pela heterogênea tradição que vem produzindo formulações a partir deste referencial: são todas ideias ultrapassadas! De nossa parte, discordamos integralmente disto e consideramos que Netto (2012) é feliz ao defender a atualidade e relevância de Marx para a compreensão atual da ordem burguesa. Para ele, “[...] é o desenvolvimento criativo do referencial teórico-crítico elaborado por [Marx] que pode nos abrir a via para dar conta dos processos estruturais contemporâneos de nossa sociedade” (NETTO, 2012, p. 35).

Mas, mesmo assim, as tentativas de enterrá-las não cessam. E, aqui, cabe os seguintes questionamentos: a quem pode interessar que as ideias desse pensador e de seus seguidores não ganhem mais visibilidade? As investidas em desqualificar Marx não são ingênuas. Elas querem desviar o nosso olhar. Tem uma arapuca armada e, cair nela, significa ficar preso em uma visão restrita da realidade, que não permite ir além do que está posto. Logo, significa também ficar aprisionados a este modelo societal e as determinações sociais, econômicas e políticas que dele emanam!

No que tange as dificuldades da pesquisa e da produção de conhecimento na contemporaneidade, podemos citar, ainda, a própria situação que marca a contrarreforma do Estado brasileiro, reduzindo drasticamente a destinação de recursos para as políticas sociais, em geral, e para a educação, mais especificamente.

Poderíamos mencionar, ainda no rol das dificuldades, a própria lógica que permeia a universidade. De acordo com Mészáros (2009), o sistema de metabolismos de segunda ordem subestima todos os imperativos da vida a suas vontades, incluindo a educação. Nesse sentido, passa a vigorar um certo produtivismo acadêmico que mede o

pesquisador por aspectos puramente quantitativos, desvirtuando a lógica da pesquisa como produção de conhecimento que subsidia o entendimento e a intervenção na realidade.

Podemos citar também, a subalternidade que as ciências humanas e sociais sofrem em relação às ciências da natureza e as ciências biológicas. Essas últimas recebem mais investimentos e mais bolsas de pesquisas por estarem, diretamente, ligadas ao capital e, por isso impulsionando o aprimoramento e surgimento de novas tecnologias. As ciências humanas não cumprem esse papel, pois estudam o homem em sociedade.

Ademais, não podemos esquecer que a produção de conhecimento se dá em meio à organização societal marcada por interesses classistas completamente antagônicos. Isso significa que no âmbito da produção de conhecimento, imprimimos interesses sociais e as perspectivas de mundo que nutrimos, ao mesmo passo em que também percorremos as vias para nos posicionarmos criticamente enquanto intelectuais engajados, comprometidos com a materialização do projeto societário que queremos construir.

A emersão da economia política clássica – aquela de cujas ideais de Smith e Ricardo foram exemplares e ganharam terreno na defesa da ordem social estabelecida, remonta ao processo de ascensão econômica, política e cultural da burguesia da Europa. Para manter-se enquanto classe dominante, garantir seus privilégios e a visão de mundo que os sustenta, a burguesia necessitou formular e se ancorar em um conjunto de ideias que legitimassem todas estas prerrogativas. Não por acaso, Marx e Engels proferiram, na Ideologia alemã, que: “As ideias dominantes de uma época, são sempre as ideias da classe dominante”.

Os burgueses transformam-se em classe revolucionária até conseguir materializar uma forma de sociabilidade que contemple seus interesses, ou seja, até emergir o modo de produção capitalista. Depois disso, tornaram-se conservadores. Querem manter a ordem, as relações sociais e a totalidade da vida inalterada. Reportando-se às revoluções processadas na realidade francesa, em o 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx afirma que, ao atingirem o êxito, “[...] uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados do seu período de lutas e embates” (p. 12).

Na sucessão dos acontecimentos que se desdobram na história e, mais especificamente nos idos dos anos 1848, assistimos a decadência e ruptura do paradigma da razão. Nesse momento, a burguesia rompe com os princípios acima citados, pois os mesmos poderiam atrapalhar seu projeto de exploração da classe trabalhadora. Nas

palavras do autor:

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p.22).

A burguesia mostrou que era possível transformar a sociedade, mas não tardou a abandonar esse projeto e, mais que isso, negar esta possibilidade. As lições históricas do processo que desembocaram em sua ascensão, contudo, abriram margem para que o proletariado, organizado e embasado num conjunto de formulações críticas da realidade, pudesse seguir curso para a defesa de um projeto de sociedade disposto a superar o sistema de metabolismos do capital. Não por acaso, enfatiza Coutinho que: “O marxismo é a expressão filosófica do processo pelo qual o proletariado recolhe a bandeira abandonada pela burguesia supera os limites e contradições, elevando a dialética a um nível superior, a materialista” (COUTINHO, 2010, p.23)

Coutinho (2010) traça o percurso da produção de conhecimento na sociedade burguesa mostrando que, a despeito de diferentes clivagens e de não estarem imunes, em alguma medida, aos pressupostos ideológicos vinculados a burguesia, existia um aspecto progressista relacionado ao próprio desenvolvimento das ideias sobre a realidade. A razão, assim, avançava ao mesmo tempo em que, dos renascentistas a Hegel, a compreensão da realidade se apoiava em ideias relacionadas ao humanismo, ao racionalismo e a dialética, por exemplo.

O humanismo pauta-se na ideia segundo a qual homem é produto da própria atividade. Já o historicismo defende que a realidade é construída e reconstruída constantemente e a razão dialética, por sua vez, aponta para a compreensão da realidade como unidade de contrários e como superação das categorias que dinamizam a realidade.

Essas ideias que colocam o Homem como centro do universo, como autor da sua própria história não comungam com o projeto da burguesia que tinha como objetivo a exploração do homem pelo homem para obtenção de lucro. E, por isso, essas ideias foram substituídas por outras que justificam a ordem. Enquanto, àquelas foram e ainda são silenciadas e enterradas.

Nesse sentido, o rompimento com a tradição burguesa houve várias deformações

para justificar o capitalismo. As relações no sistema capitalista se igualam as relações entre coisas. “Quando o pensamento não têm condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, não pode superar a descrição de forma aparente e alcançar a reprodução da essência.” (COUTINHO, 2010, p.38) Além do mais a dificuldade de enxergar a essência das coisas surge, naturalmente, no indivíduo à medida que todos vivem no trabalho alienado, com divisão de trabalho onde a vida é burocratizada sem o hábito de pensar criticamente a realidade.

Daí a importância de não nos apoiarmos nas informações que nos chegam de maneira imediata, realizando um esforço de compreender as minúcias e o contexto em que cada fato se insere ou, em síntese: ultrapassar a aparência desses fenômenos, construindo, concomitantemente, vias para conhecer sua essência.

Considerações finais

Concluimos o presente trabalho dizendo que nós anseiamos o dia em que iremos nos preparar para enterrar as ideias de Marx, mas não da maneira que os pós-modernos fazem, ignorando as contradições do capitalismo e interpretando a realidade de maneira fragmentada, descolada da totalidade social. Queremos enterrar essas ideias para dar lugar a outras ideias. Sabem por quê?! Por que uma teoria que explica a realidade só tem sentido enquanto as bases materiais que a sustentam relutam em também existir! Para ser mais claro: sem o capitalismo, ou melhor, sem esse sistema de metabolismos de segunda ordem, não há necessidade de recorrer aos sucessivos estudos teóricos que Marx promoveu sobre a sociedade burguesa.

Isso não significa, todavia, que o método da teoria social crítica, ou método crítico-dialético de análise perde validade, pelo contrário. Marx nos fornece uma lógica de investigação e de interpretação da realidade possível de se realizar em todos os tempos. Por isso mesmo, para este enterro, devemos dizer que iremos quebrar os padrões: não iremos vestidos de preto, não estaremos chorando e nem entristecidos. Estaremos vestidos com cores vivas e fortes e traremos um sorriso aberto no rosto; por dentro e por fora, espriaremos a alegria em ver que, finalmente, conseguimos sair da pré-história da humanidade e que começamos a escrever a nossa verdadeira história, aquela em que o livre desenvolvimento de um é condição para o livre desenvolvimento de todos.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. O Estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
- IASI, M. O Marxismo diante de um novo século. In: **Praia Vermelha** (UFRJ), v. 23, 2013, p. 331-356
- MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superexploração: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.
- Marx, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: L&PM, 2006
- MÉSZAROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- NETTO, J. P. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. J.P. Marxismo impertinente. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SIMIONATTO, I. GRAMSCI: sua teoria, incidência no brasil, influência no serviço social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TEIXEIRA, F. In: Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2009.
- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2006.